

ESPAÇO | SOCIALISTA

Ano XI - Nº 58 15 de maio a 14 de junho de 2013
Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



Construir uma jornada nacional de mobilizações!

NACIONAL

**UNIFICAR AS LUTAS CONTRA OS
PATRÕES E GOVERNOS**

MAIORIDADE PENAL

**A SOCIEDADE BURGUESA
RESPONSABILIZA A JUVENTUDE**

DIREITOS HUMANOS

MARCO FELICIANO E A HOMOFOBIA

PROFESSORES DE SÃO PAULO

**UMA GREVE QUALITATIVAMENTE
DISTINTA**

JUVENTUDE

**COM JUVENTUDE QUE REVOLUCIONA,
CAPITALISMO NÃO FUNCIONA**

DEBATE

**POR QUE O CHAVISMO NÃO É NEM
REFORMISTA?**

ELEIÇÕES NA VENEZUELA

**COM POLARIZAÇÃO, BURGUESIA
PREPARA GOLPE**

ENCARTE: FORMAÇÃO TEÓRICA

**A CRÍTICA RADICAL DA RELIGIÃO É
A CRÍTICA DO ATEÍSMO**

POR UM DIA NACIONAL DE MANIFESTAÇÕES

UNIFICAR AS LUTAS CONTRA OS PATRÕES E GOVERNOS!

Já vimos em outras edições que a economia brasileira só vem se mantendo devido aos gigantescos aportes financeiros do Estado, do aumento da exploração do trabalho e do aumento do endividamento geral, tudo isso como forma de manter a alta lucratividade do capital e o funcionamento do mercado.

Essa política permanente de oxigenar o lucro do empresariado à custa dos trabalhadores envolve tanto as várias esferas do Estado (União, Estados e Municípios) quanto aos vários partidos (bloco PT/PMDB/PSB, etc.) e bloco (PSDB, BEM, PPS, etc.).

Uma das formas mais clássicas da burguesia aumentar sua exploração sobre o conjunto do proletariado é a inflação dos bens de primeira necessidade. O efeito é o mesmo de uma redução salarial imediata de 10% ou mais, diminuído violentamente a massa de valor que fica em poder dos trabalhadores. **Os governos toleram o aumento dos preços dos alimentos, mas endurecem contra as lutas por reajuste salarial, afirmando que isso gera inflação!**

Outro mecanismo é pagamento dos juros e amortizações da (mal) chamada Dívida Pública, que irá consumir 42%, quase metade do orçamento federal de 2013. Dos R\$ 2,14 trilhões do orçamento, 900 bilhões (!) serão para o “pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Enquanto isso, está previsto R\$ 71,7 bilhões para Educação, R\$ 87,7 bilhões para a Saúde, ou 5 bilhões para a reforma agrária”, informa Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã.

A burguesia ainda é favorecida com a isenção de impostos, construção de obras e empréstimos a serviço dos empresários pelo BNDES, formas de direcionamento de montanhas de dinheiro público para o empresariado.

A PRIVATARIA PETISTA

A 1ª etapa de grandes privatizações foi impulsionada por FHC (PSDB)

seguindo o receituário neoliberal dos anos 90. Naquele momento foram privatizadas empresas fundamentais para a soberania e desenvolvimento do país como todo o ramo de minérios, (incluindo a privatização da Vale do Rio Doce), das telecomunicações, dos bancos estaduais, de empresas de eletricidade, de transporte, rodovias e portos. Foram trilhões de reais em riqueza para o capital privado em operações fraudulentas.

Agora entramos em uma etapa de entrega de bens públicos para o controle e benefício da iniciativa privada.

Rodovias, aeroportos, ferrovias e os portos com a Medida Provisória 595. Um plano de investimento de bilhões (só no setor de ferrovias serão R\$ 133 bilhões em 25 anos) de dinheiro público para o setor privado ficar com o lucro.

Mas, o governo e o PT insistem em dizer que isso não é privatização, mas sim *concessões*, nome pomposo para o mesmo resultado: entrega de bens e serviços públicos para o capital privado. Para se ter uma ideia o tempo de concessão dos aeroportos é de até 30 anos e pela MP dos portos (595) a concessão será de 50 anos. Haja privatização!

A essas “concessões” acrescentam-se ainda as reestruturações que bancos públicos, como a Caixa e o Banco do Brasil, estão realizando com o objetivo de reduzir custos para intervir ainda mais na lógica do mercado. Há muito esses bancos perderam o pouco caráter público que tinham.

Todos se lembram das eleições de

2010, quando Dilma e o PT acusavam o PSDB de privatização e se apresentavam como defensor do público. Esse é só mais um passo à direita do PT e do modelo neoliberal que aplicam desde o primeiro dia de governo.

São privatizações que atacam o poder aquisitivo dos trabalhadores. Viajar ou ir trabalhar fica mais caro. Os alimentos, pelo aumento de custo nas rodovias, também ficam mais caro.

GESTÃO DO PÚBLICO SOB A LÓGICA PRIVADA

A privatização não se dá apenas pela venda direta de empresas ou concessão de serviços. A introdução da lógica privada nas esferas públicas tem sido uma constante, com a criação de regimes de contratação precários e formas de avaliação individualizadas, visando cobrar e culpabilizar individualmente os funcionários públicos, ameaçando até com a perda da estabilidade e possível demissão. O objetivo claro é de dificultar as reações ao aumento da intensidade do trabalho, ao mesmo tempo em que se congelam os salários e se cortam direitos.

Em nível de gerenciamento uma coisa que chama à atenção são os cursos e treinamentos nos órgãos públicos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a porta-voz de modelos privados de gestão nos órgãos públicos. Nesses cursos são tratados de temas como de gestão de tempo, sistemas de avaliação em base a metas (independente da qualidade) no serviço público, gestão de pessoal, gestão operacional. Todos, em nome de melhorar o serviço público, introduzindo critérios e conceitos de gerência privada no serviço público.

Esferas e empresas estatais também passam a ter como referência o mercado capitalista, como a Petrobrás (que vem aumentando o preço dos combustíveis para que se iguale ao do mercado mundial) ou o Banco do Brasil (que tem reduzido os pisos





PMDB, de Maluf, dos ruralistas, dos evangélicos – agora é a vez do reacionário Affif Domingos (PSD) ocupar um ministério de Dilma. Antecipando a campanha do ano que vem, essa indicação já mostra a composição da chapa do PT. A direita fica até com inveja.

POR UM DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÕES!

salariais e colocado seus trabalhadores para fazerem papel de vendedor de produtos financeiros). Todas são formas de privatização, ainda que indiretamente, dos serviços e do funcionamento da estrutura pública.

GOVERNO E PT MAIS E MAIS À DIREITA

A diferença das privatizações do governo do PT com as do PSDB é apenas pela exigência de um nível de regulação do Estado um pouco maior, para que o poder e os privilégios da burocracia (como os cargos nos conselhos gestores das empresas) estejam minimamente preservados, ao mesmo tempo em que as formas e os ritmos de implementação do projeto sejam mediados e realizados de modo a provocar menos reação popular e dos trabalhadores.

Todas essas medidas vão ao sentido de propiciar ao capital condições mais vantajosas de lucratividade. As contradições na economia (endividamento das famílias, desindustrialização, balança comercial negativa, inflação, crescimento menor do que o esperado, etc.) são cada vez maiores e têm feito com que cada medida adotada para superar as contradições logo se esgote, obrigando o governo a tomar novas e novas medidas.

O acirramento da crise e de seus impactos no Brasil, ao mesmo tempo em que demonstram os limites das medidas do governo Dilma, aumentam a pressão para que o governo entregue de forma muito mais direta o dinheiro público (dos trabalhadores) na mão do capital. Dilma o faz sistematicamente e vai se assemelhando, cada vez mais, ao governo do PSDB, revelando mais claramente o caráter de classe de seu governo burguês e neoliberal, inimigo dos trabalhadores.

Na esfera política – depois do

Refletindo uma nova situação na luta de classes do país, vem ocorrendo lutas importantes como as da construção civil em Belo Monte, trabalhadores das empreiteiras do polo petroquímico de Cubatão, as greves dos professores da rede estadual e municipal de São Paulo e a marcha a Brasília. No caso das greves de professores enfrentam o mesmo projeto de precarização e privatização do ensino, aplicado tanto pelo PSDB (Alicmin) como pelo PT (Haddad).

São lutas importantes porque além de lutar contra os baixos salários também enfrentam o aumento dos ritmos de trabalho e formas precárias de contratação. A inflação e o aumento do preço dos alimentos colocam a necessidade de apontar o caminho da construção de um dia nacional de lutas com atos e passeatas conjuntos, unindo os diversos movimentos sociais como os da luta pela reforma agrária, o movimento popular, o sindical, o estudantil. Um dia em que unificaríamos todas as reivindicações. Unir forças para enfrentar o governo e os patrões.

Também estão se aproximando as campanhas salariais do segundo semestre, como de correios, bancários, petroleiros e outras categorias importantes e que se vitoriosas podem mudar a correlação de forças em nível nacional.

A Marcha a Brasília foi importante como forma de denúncia e centralização da luta contra o governo Dilma, o ACE e a Reforma da Previdência. Mas agora é preciso que se avance para um dia nacional de paralisações, bloqueios e mobilizações em geral de modo que o movimento comece a tomar contornos de interferência mais direta nas estruturas, pois sabemos que apenas movimentos de superestrutura não afetarão os governos e patronal.

O BLOCO CLASSISTA, ANTICAPITALISTA E DE BASE NA CSP-CONLUTAS

Após insistência do Bloco Classista, Anticapitalista e de Base (formado por Espaço Socialista, MR e independentes), que atua no interior da CSP- Conlutas, na última reunião da coordenação nacional da Central, foi votada essa necessidade, porém a direção majoritária se recusou a definir uma data.

Os vários movimentos precisam de um referencial unitário e claro de luta e isso exige a marcação desse dia nacional de paralisações e protestos. Os elementos centrais de programa são sem dúvida a reposição de todas as perdas salariais já e aumento real, o não pagamento da “Dívida Pública” e o investimento desse dinheiro nos serviços públicos que atendam aos trabalhadores, contra a privatização (seja por venda, concessões ou PPPs), contra o ACE e a reforma da previdência, reestatização das empresas e que sua gestão esteja sob controle dos trabalhadores.

Assim, mais do que impulsionarmos as lutas e a unificação dos trabalhadores, dos estudantes e movimentos populares, é preciso uma campanha constante junto aos trabalhadores no sentido de uma disputa política e ideológica contra burguesia e as ilusões no governo Dilma.

Cabe aos sindicatos e centrais de luta (CSP-Conlutas e Intersindical) realizarem uma campanha pública de denúncia permanente contra o projeto burguês que está em curso no país. É preciso demonstrar a ligação entre cada um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e o sistema capitalista com seus interesses de lucro e de exploração dos seres humanos e da natureza. Como parte dessa denúncia devemos responsabilizar o governo Dilma e os estaduais, bem como o Congresso, a Justiça e as Forças Armadas de modo a demonstrar a necessidade dos trabalhadores irem às lutas e de apontarem um projeto alternativo (socialista) para o país.

Essas entidades têm arrecadação para realizar campanhas desse tipo com milhões de panfletos nas estações, fábricas e universidades, carros de som

nos bairros e centros urbanos, vídeos pela internet, etc.

É preciso superar essa limitação do comodismo do possível. O possível também é (pelo menos em parte) resultado de um trabalho prático e de consciência. É uma construção, não está imediatamente dado na realidade, depende da ação humana. Essa negativa em ir além da acomodação e a

dificuldade em ter uma política independente das direções burocráticas e governistas têm feito com que a CSP-Conlutas e a Intersindical percam a oportunidade de se transformarem nas grandes referências de luta que os trabalhadores necessitam e isso por responsabilidade de suas direções majoritárias (PSTU e PSOL).

Isso coloca cada vez mais a

importância da construção e expansão do Bloco Classista, anticapitalista e de base como forma de apontarmos um novo rumo para a CSP-Conlutas, para que possa ser a grande referência, juntamente com outras entidades de luta, para apontar um caminho de transformação socialista dos trabalhadores.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

A SOCIEDADE BURGUESA RESPONSABILIZA A JUVENTUDE

MARCIO E THAIS

Nas últimas semanas, tem havido um debate sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. A justificativa são os homicídios cometidos por crianças e adolescentes. De acordo com o ECA, já podem ficar até 3 anos presos. Mas, a mídia burguesa tem influenciado a opinião dos trabalhadores ao alegar que esse “pouco tempo” gera a certeza de impunidade e é estímulo para o cometimento de mais delitos.

No entanto, segundo a própria Fundação Casa, cerca de 85% dos adolescentes em privação de liberdade cometeram delitos relacionados ao tráfico de drogas e roubo. Apenas 0,6% são casos de homicídios. Para além dos números, destacamos que o jovem marginalizado não aperta o gatilho sozinho, mas junto a um tipo sociedade. Isso se expressa na prática de abandono e do sucateamento dos serviços públicos, já que os direitos das crianças e dos adolescentes se tornam empecilhos para o capital. É preciso pensar: o que explica um adolescente ter ficha corrida de crimes mesmo antes da “maioridade”?

JUVENTUDE SEM ENSINO E SEM ESCOLA

Segundo o PNAD e o IBGE (2009-2011), o índice de jovens entre 15 e 17 anos analfabetos é de 20%, isto é, estão saindo da escola sem saber interpretar o que leem e elaborar um texto. E a quantidade de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola, sem acesso ao ensino público de péssima qualidade, é de 12,3%.

JUVENTUDE SEM EMPREGO E/OU EMPREGO PRECARIZADO

O perfil do aluno de escola pública nos termos colocados acima é, de acordo com o Instituto de

Analfabetismo Funcional (INAF) ... “A baixa renda é outro fator relacionado ao grupo de analfabetos funcionais do País. Daqueles que têm renda familiar de até um salário mínimo 38% são considerados analfabetos funcionais, (...)” – Isto é quase a metade de filhos e filhas de trabalhadores!

Estudantes com esse nível de ensino são absorvidos pelo mercado de trabalho em funções de baixos salários e direitos. Dados do Governo Federal (juventude.gov.br/conjuve) ... “dos jovens de 16 a 24 anos que trabalhavam em 2011, 43% tinham rendimento inferior a um salário mínimo, sendo que somente 13% percebiam renda superior a dois salários”. Além disso, o número de jovens sem emprego é de 12,8%.

FALTA DE ENSINO DE QUALIDADE, FALTA DE EMPREGO E FALTA DE SALÁRIO MARGINALIZAM A JUVENTUDE

Observemos os números do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o sistema prisional brasileiro em 2012: “(...) a população carcerária brasileira tem perfil preponderantemente jovem, masculino, negro e de baixa escolaridade. Em 2011, 53,6% da população no sistema penitenciário tinha entre 18 e 29 anos de idade, 93,6% eram homens, 57,6% eram negros e pardos e 34,8% eram brancos. Além disso, 45,7% da população do sistema penitenciário possuía ensino fundamental incompleto, enquanto apenas 0,4% possuía ensino superior completo.”

Vejam, agora, o perfil do



adolescente “em conflito com a Lei”, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012: Em relação à estrutura familiar, o CNJ constatou que 14% dos jovens infratores possuem pelo menos um filho, apesar da pouca idade, e apenas 38% deles foram criados pela mãe e o pai. Além disso, 7 em cada 10 adolescentes ouvidos pela Justiça se declararam usuários de drogas, sendo este percentual mais expressivo na Região Centro-Oeste (80,3%).”

Por outro lado, diz a Constituição no... “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Na mesma linha vai o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Mas na prática, a juventude das periferias das cidades brasileiras sofre com o abandono do Estado em todos os aspectos e a consequente falta de



alternativas. Para os mais sortudos há o emprego precarizado, aos menos resta o desemprego e as filas dos parques programas socioassistenciais, aos menos ainda, resta a situação de rua, uma vida exposta à indústria das drogas e sua gama de violência, na vida do “se vira” o que resta... é a ilegalidade.

Nesse modelo de sociedade onde não há espaço para todos, a ideologia dominante tem a necessidade de reforçar alguns preceitos. **O que vemos é geração após geração crianças aprendendo a “lei do mais forte”, a máxima que sempre diz “o mundo é dos espertos”, o culto à mercadoria e ao individualismo.**

Mesmo assim, o discurso crescente é o de culpabilizar os pais pelos atos infracionais das crianças, pois estes que foram e ainda são crianças também sem garantias. O mesmo estado que nos desumaniza, quer cobrar humanidade de

nossas crianças.

A solução proposta pela direita é sempre resolver tudo da forma mais econômica para os cofres do Estado e que mais favoreça o fortalecimento de sua ideologia de controle das massas. A proposta de redução da maioridade penal para 16 anos está longe de querer resolver o problema da criminalidade juvenil.

Além da superlotação das penitenciárias, a consequência será o encarceramento de seres humanos em pleno desenvolvimento e o aprofundamento da destruição de suas vidas. E não tratamos aqui dos filhos da classe média e alta, mas sim daqueles que nunca tiveram a chance de não serem marginais. A redução da maioridade penal de 18 para 16 anos desconsidera não só as especificidades de um indivíduo em desenvolvimento e que deveria ser cuidado, mas também as causas que levam uma criança a cometer um ato infracional, propondo uma solução imediata e supostamente milagrosa para um problema que nada mais é que a expressão mais latente do que o capitalismo reserva para o setor mais miserável da classe trabalhadora: miséria e criminalização.

O CAPITAL COMO FORÇA MOTRIZ DA CEIFAÇÃO DA JUVENTUDE

A sociedade burguesa não pode garantir as condições para o desenvolvimento de uma juventude educada, sadia e com perspectivas, pois, para isso, teria que questionar o próprio

capital. Prova disso é o gasto com pagamento de juros da dívida e o quanto gasta com programas sociais voltados para a juventude, como Saúde e Educação, conforme Orçamento de 2012: Juros da dívida pública – 47,19%; Saúde – 3,98%; Educação – 3,18%; Cultura – 0,09%; Esporte e Lazer – 0,12%; Transporte – 1,21%; Assistência Social – 2,55%; Habitação – 0,05%.

AS NECESSIDADES HUMANAS PRECISAM ESTAR EM PRIMEIRO LUGAR

Se a juventude está sendo condenada a marginalização para que a lógica do capital se imponha, é necessário subverter essa lógica e colocar as necessidades humanas em primeiro lugar. A sociedade tal como está hoje só aprofundará mais a marginalização da juventude e a proposta de redução da maioridade penal é uma prova disso.

A sociedade capitalista assim funciona para garantir que meia dúzia de patrões receba recursos públicos por meio de pagamento de juros da dívida pública (sem considerarmos os recursos do FGTS, FAT, desonerações de folha de pagamento, isenções fiscais, etc.). Ou seja, a sociedade capitalista não resolve os problemas da “sociedade”, mas busca resolver os problemas dos capitalistas.

A solução é que o setor da sociedade que produz a riqueza tome o controle político do Estado e de forma coletiva e organizada coloque-a a serviço da Educação, Saúde e a moradia para os trabalhadores! Não ao encarceramento de crianças e adolescentes!

MARCO FELICIANO E A HOMOFOBIA

PEDRO GUERRA

Um novo desafio se apresenta às organizações de esquerda. Com a ascensão de Marco Feliciano – pastor-deputado notoriamente conhecido pela sua homofobia e declarações racistas – à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o credo religioso pode assumir ares institucionais, gerando políticas públicas. Conhecido pelas suas declarações discriminatórias pelas redes sociais, Marco Feliciano representa o que há de muito assustador: o fundamentalismo religioso. Suas ideias são fundadas na mais estrita passionalidade, na

manipulação de fatos históricos, na confusão conceitual e numa teologia deformada. O que mais assusta nele é o fato de que, abertamente e sem receios, promove discriminação e preconceito contra homossexuais e negros. Uma pessoa preconceituosa minimamente cautelosa preserva-se, evitando emitir suas opiniões. Mas não é o caso do Marco Feliciano: a quem quiser ouvir, o pastor-deputado, ao invés de pregar o amor incondicional, a compaixão e a tolerância, incita seus seguidores a condenarem moralmente conduta alheia. O seu exemplo pode, desgraçadamente,

ser adotado pelas pessoas comuns que nele se espelham. É um precedente perigoso a ser combatido.

Outro grande risco decorre da possibilidade de a discriminação e o preconceito se tornarem políticas de governo. A bancada evangélica do Congresso Nacional é representativa, sim, de uma significativa parte da população brasileira. Em que pese as campanhas pelas redes sociais – “Marco Feliciano não me representa!” –, infelizmente, há um público considerável bastante simpático às ideias discriminatórias, pois a quantidade de

evangélicos é imensa no Brasil: acredita-se que em torno de 42 milhões de brasileiros, ou aproximadamente 20% da população, sejam evangélicos. Mas qual o peso disso? Todos os evangélicos brasileiros são extensões ideológicas de Marco Feliciano? Claro que não. São muitas as variações e nem todas professam preconceitos. Todavia, por questões teológicas e bíblicas, a homossexualidade é considerada um pecado, cabendo a condenação do ato, ainda que deva haver amor pela figura do pecador. O grande mal desse tipo de concepção é que se reforçam opressões sofridas no Brasil. Estatisticamente, homossexuais são grandes vítimas de diferentes tipos de violência e discriminação, e uma certa forma de fé que ampare isso “descriminaliza” a conduta dos homofóbicos. Especificamente quanto à figura do Marco Feliciano, o mais preocupante é o fato de que o mesmo exerce cargo público de grande notoriedade. Como deputado federal, sua palavra vai tão longe quanto a sua palavra como pastor, todavia, com um agravante: Feliciano pode tornar seus preconceitos em políticas públicas. A “cura gay” já foi proposta na Comissão de Direitos Humanos. Tumultuadas, as sessões não têm dado conta de discutir a questão, mas cedo ou tarde a pauta será debatida. Se aprovada – haja vista a predominância de religiosos na referida Comissão –, haverá a possibilidade de psicólogos oferecerem a “cura” para os homossexuais. O que seria uma manifestação sexual espontânea de cada um, será encarada como doença a ser enfrentada. É mais opressão sendo assumida pelo Estado!

Cabe aos trabalhadores e trabalhadoras refletirem profundamente sobre o sentido da homofobia. Opressão sexual, sim, mas não apenas.



Como toda forma de controle social, a “cura gay” e outras medidas propostas pelo infeliz Feliciano, e que possam ser adotadas, recairão em peso sobre as classes trabalhadoras. Além de todas as demais formas de dominação, agora a classe trabalhadora terá que vigiar sua predileção sexual, reprimindo seus filhos e próximos. O capitalismo mostra bem sua face malévola: só mesmo num sistema social explorador para que novas formas de opressão contra as classes trabalhadoras surjam aos montes. Marco Feliciano evidencia bem a natureza ideológica do capitalismo, na qual a única liberdade verdadeiramente respeitada é a liberdade econômica. Outras formas de liberdade, como a liberdade de opinião, de expressão e sexual (bem específica da presente análise) são meramente formais, ou seja, exercidas de forma precária e enquanto não atingirem interesses capitalistas.

Marco Feliciano é a voz de um projeto político neofascista: para ele, a verdade é obtida não pela mediação do debate, da luta das ideias, sempre posturas ativas, que exigem dos seres humanos esforço intelectual. A triste verdade de Feliciano cavalga com as rédeas da ortodoxia religiosa, pouco reflexiva e sempre passiva. Suas verdades nada exigem das pessoas além da admissão passiva a certas ideias convenientemente elaboradas por profetas distantes da realidade popular. A orientação sexual, assunto de grande intimidade, passa a ser uma pauta pública com o propósito imediato de controle social, sempre bastante incisivo sobre os pobres e os trabalhadores em geral.

Tais ideologias religiosas de cunho bastante conservador reproduzem-se com grande facilidade, pois tais igrejas cumprem um papel ideológico ao qual as esquerdas de maneira geral não têm dado conta suficientemente. Tal papel pode ser genericamente denominado “utopia”, ou seja, a convicção – no caso, a crença – de uma vida melhor desde que algumas tarefas específicas sejam cumpridas. No que se refere às igrejas, de maneira geral, trata-se da submissão a uma série de deveres financeiros, com pagamentos de dízimos e outras doações, bem como a adesão a uma

série de costumes e a uma certa moralidade. Em troca, o fiel recebe conforto espiritual, a “graça almejada”, normalmente a atenuação das dificuldades financeiras ou outras dores. No caso das dificuldades financeiras, quanto maior o enriquecimento, maior a salvação. Assim, existe uma espécie de contrato – uma relação de troca – entre Deus e os homens: a arregimentação de fiéis, a intolerância com os descrentes e as doações farão com que, divinamente, se aumente a riqueza material do religioso. Para seus ideólogos, as dores pessoais, como tristezas, doenças e, especialmente, as dificuldades econômicas são sinais da perdição que só serão resolvidos se o fiel se submeter às regras mencionadas. De que forma tal ideologia se aproxima das ideologias do capitalismo? Na sociabilidade burguesa, há uma troca entre os proprietários dos meios de produção e as classes trabalhadoras. Estes últimos entregam sua energia física, seu trabalho e o seu tempo para os primeiros, que em troca entregam uma pequena fração da riqueza socialmente produzida (o salário). Desprovidos dos meios de produção, os trabalhadores são coagidos a aderir a relações sociais de produção exploratórias, sem possuir, num primeiro momento, condições de reagir contra tal. Eis as semelhanças entre certas formas de fé e o capitalismo.

Quais as tarefas das organizações de esquerda e dos trabalhadores em geral diante de tal quadro? Devem disputar espaço contra as igrejas conservadoras. Combater tais ideologias conservadoras naquilo que possuem de razões estruturais, naquilo que se mostrarem tão opressivas e reacionárias. Convencer os trabalhadores religiosos de que, sim, podem ter a sua fé, mas que compreendam que a verdadeira causa de suas dores e problemas pessoais não é transcendente, mística ou mágica. Muito pelo contrário: o inferno é bem mundano, terreno e humano, podendo ser identificado pela crítica social e não pela mística religiosa. Compreender a fundo a teologia cristã, aproveitando-se daquilo que lhe é mais nobre, como a solidariedade, a compaixão, a tolerância, o perdão, a alteridade para expor as contradições da mesquinhez ideológica de algumas igrejas evangélicas.

MAIS UMA GREVE DE PROFESSORES?

UMA GREVE QUALITATIVAMENTE DISTINTA!

BRUNO MONTEFORTE - NÚCLEO PROFESSORES

Em 19/04, 20 mil professores em Assembleia decretaram *greve*, diante da *grave* situação da educação pública estadual. *Greve* esta que se deparou com problemas que foram desde a fragmentação da categoria promovida pelo Governo Estadual/PSDB (entre efetivos e temporários; contratados por perfil ou não; aprovados ou não em provas de mérito), até a desmobilização da direção do



Sindicato (Art-Sind/PT), que pretendia uma greve de desgaste do governo Aickmin/PSDB, mas que, ainda que não admita, tem acordo e aplica o mesmo projeto educacional em âmbito federal, organizando a categoria insuficientemente, contra aspectos parciais, mas não contra a totalidade do projeto! Além disso, muitas correntes de Oposição, ao invés de se mostrarem uma alternativa de fato, mais uma vez não priorizaram o esclarecimento, mobilização, organização e luta da categoria, mas exclusivamente seus interesses de aparato, deixando de responder às necessidades atuais.

Tudo isso levou à mobilização parcial, minoritária, oscilante, “sem reconhecimento” do Governo. Ao mesmo tempo, a *greve* causou impacto: teve apoio de alunos, pais, sociedade; repercussão na mídia, provocando justificativas e flexibilizações do Governo. Mas nenhum dos problemas acima justifica não lutarmos! Somente nossa luta e organização podem reverter a política do governo e a (des)mobilização da direção do Sindicato! Mas qual o sentido mais profundo desta greve?

Nós, do Espaço Socialista, atuando e fazendo parte da corrente sindical *Renovar Pela Luta* mesmo sabendo destes problemas, desde o início apostamos na construção dessa *greve*, não como princípio absoluto, mas como *parte da construção do movimento contra o projeto educacional do capital, e em favor da educação pública de qualidade*, prevendo que, se não houvessem conquistas expressivas, ganharíamos ao utilizá-la como momento privilegiado para

denunciar este projeto aos professores, alunos, pais, população, conquistando apoio e envolvimento ativo, atraindo e incorporando mais ativistas à nossa luta! Assim foi a *greve* de 2010, que trouxe conquistas limitadas: reajuste salarial parcelado em 4 anos; flexibilização da política de Mérito; desgaste do Serra/PSDB; debate sobre educação, desuniformizando o discurso de culpabilização de professores. Esta *greve* de 2013 intensificou este processo, encontrando apoio de alunos, pais, população; difusão na mídia; surpreendendo com a adesão; levando o Secretário Herman Voorwald a pronunciar-se constantemente e esboçar flexibilizações, (reajuste de 2%, alterações na cat. “O”).

Além disso, esta *greve* trouxe novos elementos: forte adesão de professores precários e temporários (cat. “O”) que, mesmo sob condições adversas, colocaram-se em luta contra sua situação, gerada pelo projeto vigente; ações independentes da direção do Sindicato, como o trajeto das passeatas e diálogo com a população em meio ao trânsito; contraposição crescente à direção da APEOESP e suas propostas desmobilizadoras. Por exemplo, frente à recusa da presidenta Maria Isabel (Bebel) de unificar nosso Ato com professores municipais, que se dirigiam à Praça da República – pois isso evidenciaria projetos e lutas comuns em âmbito municipal/PT e estadual/PSDB –, a Art-Sind/PT atrasou em 2hs a Assembleia, utilizou inúmeras falas, impôs sem votação o trajeto mais longo, tentando ludibriar o movimento, sob alegação de

pautas distintas como impeditivo de unidade das lutas. Além disso, combinou o trajeto mais longo com a polícia antes do Conselho Estadual e Assembleia! Mas o movimento não se deixou enganar, pressionando pela aceleração da passeata e trajeto mais rápido!

Assim, nesta greve, o movimento de professores se tornou mais consciente, ativo e de luta, cada vez mais contra o projeto educacional do(s) governo(s) e capital, com acordo da direção da APEOESP, assumindo caráter qualitativamente distinto! Seu ganho é mais significativo, pois traz o germe do movimento futuro!

AS MAIORES CORRENTES DE OPOSIÇÃO DEIXAM DE SER ALTERNATIVA AO MOVIMENTO!

Muitas correntes de Oposição não se colocaram assim em relação à *greve*, posicionando-se inicialmente contrárias a ela em Plenárias da Oposição (MTS, Conspiração Socialista); mantendo essa posição (MEOB); defendendo posições mediadas de construção, na prática, contrárias à *greve* (Na Escola e na Luta, PSOL); defendendo calendário que levava à desmobilização, priorizando atividades importantes, mas superestruturais, como Marcha à Brasília, sem a mesma dedicação à *greve* (MTS/PSTU). Além disso, muitas correntes capitularam à Art-Sind/PT em assembleia, ao retroceder da passeata pelo caminho mais rápido - frente ao impasse movimento/polícia (que bloqueava passagem, pré-acordada com a direção do Sindicato)-, como fez o MTS/PSTU, apenas nesta situação, seguidos pela LER-QI, deixando professores independentes e correntes (*Espaço Socialista, Renovar Pela Luta e POR*) isolados.

Assim, antes e durante a *greve*, as maiores correntes de Oposição, sobretudo *MTS/PSTU* e *Na Escola e na Luta/PSOL* (mas também, em menor

medida, a *Conspiração Socialista*), *perderam, novamente, a oportunidade de se colocar como Alternativa de fato ao movimento, retrocedendo, quando a realidade permitia e exigia radicalização!* Apesar de *compostos por valorosos companheiros lutadores*, estes setores priorizam seus interesses político-burocráticos (construção e ampliação de suas correntes e partidos), secundarizando o movimento.

O caso do MTS/PSTU é mais problemático, pois é direção majoritária da CSP-Conlutas que, apesar de representar parte do setor mais combativo e de luta no quadro da “esquerda” atual, vem tomando atitudes complicadas, prejudicando referenciais classistas, anticapitalistas, como acordos viabilizando demissões (GM S. José), participação em mesas de negociação permanentes com governo e patronal da construção civil, chapas com setores e partidos governistas (metroviários, Belém/PA, etc). Ao mesmo tempo, deixa-se de lado o esclarecimento, denúncia, mobilização e organização dos trabalhadores contra o capitalismo e por uma sociedade socialista!

Nós, do Espaço Socialista, consideramos que, frente ao capitalismo em crise estrutural, somente a luta com referenciais classistas, anticapitalistas, antigovernistas e por uma sociedade socialista (não estatista, nem stalinista)

pode reverter e solucionar os problemas que afetam trabalhadores, a sociedade!

Consideramos que as organizações devem esclarecer, denunciar, impulsionar a mobilização e organização dos trabalhadores, não só contra os problemas imediatos, mas sobretudo contra a sociedade capitalista que os gera. Isso é crucial, sobretudo porque o capitalismo hoje permite menos reformas e mais retirada de direitos, com repressão crescente! Nossas elaborações e práticas seguem nesse sentido. Integrando e em conjunto com a corrente sindical *Renovar Pela Luta!*, lutamos na *greve* e no movimento de professores por *demandas imediatas como parte da luta por transformação social, não em detrimento dela!* Julgamos necessária a construção da Organização Revolucionária, mas que *se desenvolva e se potencialize com o movimento, não às custas dele!* Nossa política durante a *greve*, junto ao *Renovar Pela Luta!*, expressa isso – carros de som, faixas, cartazes, cartas-abertas, boletins, vídeos, campanhas virtuais, visita às escolas, atos regionais em defesa de educação pública de qualidade, denunciando não só aspectos, mas *O Projeto Educacional do Capital como um todo!* O impacto foi nítido: apoio e acordo de professores, alunos, pais, população; difusão na mídia (matérias regionais sobre a educação estadual em Sto André

na Globo, artigo do Sr. Herman no DGABC); ampliação dos ativistas e lutadores em Sto André e outros lugares nos quais este trabalho é realizado, como na Z. Sul, Mauá, São Caetano, atraindo a simpatia de ativistas de outras cidades!

Esta construção do movimento – e tipo de Organização – pode contribuir para responder aos desafios atuais da crise estrutural do capital, em busca de uma sociedade livre, autodeterminada, baseada no controle social da produção! Chamamos a tod@s, ativistas, militantes, organizações, correntes sindicais, partidos, a construir este movimento, não por desejo ou princípio, mas por necessidade histórica!

Quando finalizávamos essa edição, a greve terminou, imposta pela direção da APEOESP (Art-Sind/PT), que desrespeitou a decisão da Assembleia, que era pela continuidade da greve. Isso gerou revolta dos professores, que queriam impedir o caminhão de som de sair. A presidenta Bebel e sua corja foram salvos pela polícia, que mais uma vez cumpriu seu papel de reprimir professores e livrar burocratas! **O fim da greve expressa exemplarmente contradições do movimento e das correntes, mas isso merece análise e posicionamento detalhados em artigo à parte. Não deixem de conferir!**

COM JUVENTUDE QUE REVOLUCIONA, O CAPITALISMO NÃO FUNCIONA

IRACI LACERDA E LARISSA EVELLYN

“Nós temos que lutar/citar nossas condições / Nós temos que mudar/rever nossas direções” *Planta e Raiz*

O que é viver em uma sociedade em que não se valorizam as pessoas como centrais em nossas vidas, mas se valorizam as coisas artificiais e rápidas? Quais as consequências disso nessa fase da vida, entre 15 a 24 anos, que chamam de juventude?

No Brasil (Censo 2010) somos 26,5% da população. A maioria, 62%, está numa tal de classe C e precisamos trabalhar para sobreviver.

Pensando no funcionamento da sociedade capitalista percebemos que não somos os responsáveis por chegarmos nessa fase da vida tratando com artificialidade e ligeireza as pessoas.

Considerando o sistema educacional brasileiro percebemos que nas escolas foram criadas algumas formas para que o nosso trajeto seja muito mais rápido. Em São Paulo, já há algum tempo, ninguém mais reprova. Mas, se isso vier a acontecer podemos, no ano seguinte, fazer apenas uma avaliação e tudo se resolve ou uma parcela sai sem saber ler e escrever mesmo. As faculdades à distância ou que oferecem curso superior em dois anos se alastraram para atender essa demanda com a ajuda do governo federal, através do Prouni.

Nesse tipo de Educação não recebemos uma formação que valoriza

a totalidade das potencialidades do ser humano, que desenvolva a nossa capacidade criadora, artística, hábitos para a compreensão matemática, biológica e leitora. As matérias estão todas muito bem separadas, o que dificulta muito o estudo para entrarmos em uma universidade pública, que também segue esse caminho.

No mercado de trabalho brasileiro, segundo o IPEA-OIT (mar/13), tem entre 2 a 3 vezes mais desemprego entre os jovens do que entre os adultos. Os “bicos” são mais constantes. Os contratos têm, geralmente, curto tempo de duração e poucos ou nenhum direito

trabalhista. E os salários também são mais baixos.

No ambiente de trabalho também não podemos dizer que há valorização do funcionário como pessoa, mesmo sendo jovem. É apenas mais um pronto para ser explorado, assediado e que deverá contar com a dada condição de trabalho sem ao menos reclamar.

Sentimos que tanto o mercado de trabalho quanto o sistema educacional contribuem para que pensemos a vida de forma superficial e com resultado imediato. No trabalho, a rotatividade. Na faculdade, a briga pela permanência.

Quando não, somos obrigados a pensar sobre os índices que encurtam a nossa vida. Segundo o Mapa da Violência (2012) a mortalidade entre os jovens subiu 40%. O assassinato de jovens negros subiu 135%.

Com isso, os nossos sonhos também vão se limitando. Sonhamos em viver, estudar, nos inserir no mercado de trabalho e nos deparamos com toda essa realidade. Teimosos, muitas vezes, seguimos. E aí vem o tédio.

COM ESSE TIPO DE SOCIEDADE...

Resta-nos casar ou ter filhos. E não é à toa que 23% das mães brasileiras são adolescentes com uma grande parcela dos pais também adolescentes. É a antecipação da fase adulta através da maternidade e da paternidade com todas as consequências disso para nós.

Resta-nos usar drogas, que nos dá prazer superficial e tem efeito imediato, igual ao funcionamento da sociedade capitalista. Mas que nos transforma em "problema social" e que esse tipo de governo criminaliza e interna compulsoriamente.

Resta-nos ir à igreja para acreditar que tudo está ou ficará bem, mesmo com a imensa desigualdade entre ricos e pobres e com a permanência da exploração. Dessa forma, permanecem sossegados os 1426 mais ricos do mundo (Terra 06/05/13) e os representantes das igrejas – como o Papa que vem ao Brasil pregar a paz impossível e o Feliciano que não se contenta apenas com a desigualdade e a exploração, mas procura reforçar também os seus desdobramentos como o preconceito, o racismo e a homofobia.

Resta-nos ir ao shopping. Ostentação exigida pelo ego para

camuflarmos a nossa insegurança e que reforça o consumismo e o individualismo necessários ao sistema de exploração.

Pensando tudo isso junto, de forma combinada ou de forma isolada é fácil perceber que nada permite a transformação da sociedade a tal ponto que o ser humano tenha mais importância que a ganância e o lucro.

É, com esse tipo de sociedade em que o poder é do capital, restamos a miséria. Miséria que valoriza a violência. Que reforça a cultura da discriminação, da neurose e do individualista. Que cria um padrão para cada estilo. Que nos distancia da produção artística. Que ignora a natureza, o ser humano, a poesia e a arte. Que não concebe a sexualidade livre. E que o amor, em contradição com a sociedade que exige superficialidade e rapidez, integra o tédio, torna a pessoa propriedade privada, se realiza em um único ser e se materializa em costume, comodismo, ou em apenas uma palavra.

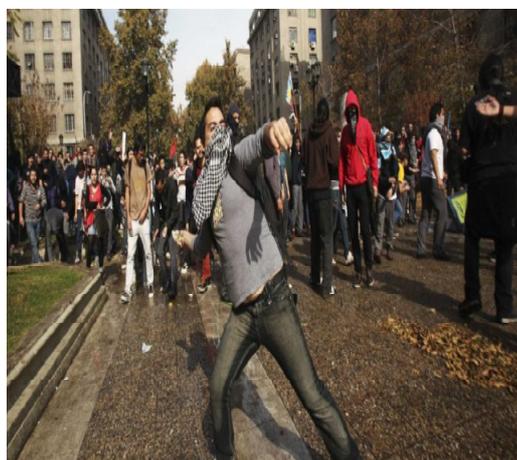
E diante dessa realidade "nós temos que lutar" para inverter essa situação de forma radical, intensa e que possibilite um ser humano novo. Ninguém "roubou nossa coragem"!

COM OUTRO TIPO DE SOCIEDADE...

Num outro tipo de sociedade essa realidade estará transformada, mas isso não acontecerá se nós não revermos "as nossas direções" agora.

A humanidade, com suas histórias de transformação da realidade, realizou diversas experiências e conquistas até chegarmos aqui. Mas, a desigualdade (ricos e pobres; uns mandam outros obedecem) e a injustiça (uns têm e outros não) permanecem. E é isso que precisamos destruir.

Destruir para construir outro tipo de sociedade em que o central não seja o lucro e a ganância, mas o ser humano. Que a natureza não seja utilizada para a lucratividade, mas para suprir as necessidades humanas. Que toda riqueza produzida pela humanidade (alimentos, ciência, arte, tecnologia, transporte, formas de moradia, etc.) seja distribuída igualmente entre todos que a produziram. Que quem trabalha decida sobre o quê, quanto, como produzir e distribuir. E que o trabalho não represente destruição e



mutilação individual ou coletiva. Que a verdadeira preocupação seja com a existência de relações humanas sadias: com tempo livre saudável; com dedicação responsável ao trabalho, ao conhecimento, à arte, ao lazer e ao sexo. Sem presa, sem medo, sem culpa e com a consciência de que é o melhor para si e para a coletividade.

Nesse outro tipo de sociedade deixaremos de sobreviver e passaremos a viver e a construir a nossa história de liberdade!

A DECISÃO É AGORA!

A história sempre dependeu das importantes decisões para as profundas transformações. E nesses momentos nós sempre estivemos presentes. A frase de Che Guevara "ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética" é real. A juventude sempre teve coragem e criatividade para lutar.

E na atualidade o Brasil, o Chile, a Grécia, a Espanha têm vários exemplos do envolvimento de jovens na luta contra o aumento das passagens de ônibus, por Educação pública de qualidade, contra o aumento da exploração no trabalho, por emprego e tantas outras coisas.

Mas, ainda não lutamos para transformar de fato essa realidade, pois, muitos de nós ainda não se colocaram em movimento. Sair desse tipo de sociedade, a capitalista, e construir outro tipo de sociedade, a socialista, precisa de decisão hoje! Assumir a luta no trabalho (através do sindicato), na escola (grêmios), na faculdade (DCE, DA, CA), nos bairros, nos movimentos sociais e organizações políticas é nossa obrigação.

Unir todas essas lutas é nossa necessidade. Assumir nas mãos o caminho para transformação dessa realidade é a nossa revolução.

POR QUE O CHAVISMO NÃO É NEM REFORMISTA?

DALMO DUARTE

Durante o período governado por Chávez a vida de muitos pobres mudou. Foram criados no período de Chávez 25 programas sociais que vão de distribuição de mantimentos a programas habitacionais. Programas educacionais possibilitaram que milhões de pessoas pudessem ir a escola e a universidade. O financiamento desses projetos ficou por conta das divisas do petróleo que é a principal fonte de riqueza venezuelana (que tem a maior reserva do mundo e as exportações do óleo correspondem a 30% do PIB).

De outro lado um salário mínimo de US\$ 325, desemprego oficial próximo de 8% e emprego informal de algo próximo de 50% (notadamente camelôs), estatizações com indenizações (na prática compra das empresas), uma reforma agrária que não se efetivou por falta de investimento público. O déficit habitacional continua alto e os pobres são, em 2011, 27% da população.

É evidente que o governo Chávez, mesmo com suas “meias medidas”, realizou um governo que atendeu muito mais os pobres, sobretudo os favelados. Como nenhum outro governo tinha algum programa social, Chávez tornou-se o “pai dos pobres”. Mas, para um marxista do que se trata o chavismo? O seu projeto estratégico inclui o poder para os trabalhadores? Maduro é um governo que vai enfrentar o capitalismo - por via das reformas ou da revolução?

Muitos ativistas e militantes honestos veem o modelo chavista como uma alternativa e até mesmo como modelo de socialismo. Mesmo reconhecendo que houve avanços sociais, partindo do significado histórico do que é reformismo, não compartilho da caracterização do chavismo como uma corrente socialista ou mesmo de esquerda, pois a sua administração não teve e nem tem a intenção de pular as fronteiras de uma gestão capitalista. Busca, no máximo, uma –irrealizável– gestão humana capitalista. E isso não é reformismo.

E mesmo o seu anti-imperialismo, basicamente restrito ao estadunidense, se

resume a denúncia e retórica, mantendo as mesmas relações econômicas de antes. Mesmo nesses aspectos, com o governo Obama o tom diminuiu bastante

O reformismo originalmente é uma corrente do movimento operário e para a qual a chegada ao socialismo ocorreria pelo avanço das lutas salariais e por reformas sociais, que levaria progressivamente ao controle social dos meios de produção. Pelas mudanças na legislação seria imposto restrições ao direito de propriedade dos capitalistas até que estes se tornariam meros administradores.

Pode-se questionar o idealismo desta corrente (a impossibilidade demonstrada historicamente causou inúmeras derrotas a classe trabalhadora), mas é inegável que viam nesta concepção um caminho para o socialismo. Segundo Rosa *“Em resumo, os sindicatos, as reformas sociais e, acrescenta Bernstein, a democratização política do Estado, são os meios para realizar progressivamente o socialismo”*.

Parte-se dessa breve conceituação para justificar a posição de que o chavismo, por ser uma corrente nacionalista burguesa, nem chega a ser uma corrente reformista. Suas medidas – que só parecem reformistas – representam paliativos, pois a situação do povo continua a mesma. Se comparadas com as de Nasser (Egito), Perón (Argentina) e Cárdenas (México) veremos quanto são limitadas essas medidas.

Sigamos nas comparações para entender os limites do “reformismo chavista”. O governo mexicano do general Lázaro Cárdenas (1934-1940) adotou medidas muito mais radicais, como a expropriação das empresas de trens privados, uma ampla reforma agrária, maior liberdade aos sindicatos, a nacionalização do petróleo e uma legislação com vários direitos sociais. Medidas que enfrentavam interesses tanto dos latifundiários quanto das empresas imperialistas do petróleo.

Em recente entrevista ao jornal francês “Le Monde” Maduro explicita o projeto do seu governo: abrir para

O **Jornal Espaço Socialista**, além de ser um instrumento de divulgação da política da Organização, como forma de contribuir para a formação de militantes dedicados e mais críticos, também se propõe a fazer debates políticos e teóricos. Como não conseguimos fazer o debate sobre a caracterização do chavismo nos termos que o companheiro Dalmo Duarte coloca (a posição da organização é que o chavismo é uma corrente burguesa nacional), optamos por publicar como contribuição individual até para que os ativistas e militantes que recebem o nosso jornal possam também refletir sobre essa questão e até participar do debate.

investimento (leia-se extração de riqueza) nacional e estrangeiro no setor da indústria petrolífera e no campo (de 33 milhões de hectares de terras agrícolas somente em 3 milhões de hectares são utilizadas para produção agrícola) com as chamadas zonas especiais econômicas, (inspiradas na experiência chinesa) regiões em que o capital tem vantagens como redução e isenção de impostos.

O “reformismo atual” é na verdade um braço forte da burguesia para aplicar os planos do capital. Aplicam melhor porque em geral contam com apoio popular. Uma política reformista –para ser caracterizada enquanto tal– teria que realizar no mínimo as tarefas nacionais, enfrentando os interesses imperialistas e da grande burguesia – industrial e agrária- nacional. E em relação ao Estado deveria haver mudanças profundas em relação a participação popular. E o chavismo não chegou nem perto.

Para os que se contentam com medidas assistencialistas como “o possível de ser feito” é importante lembrar que o controle do Estado sobre as riquezas na Venezuela é muito maior do que em outros países uma vez que ele controla o petróleo. O Estado já tem o controle do capital necessário para fazer as concessões, nem precisa “retirar de uns para dar a outros”. Este contexto torna essas medidas chavistas muito mais tímidas.

O chavismo não vai à frente porque teria que romper com o setor da burguesia que o apóia. Para atender de

fato as reivindicações dos trabalhadores e da população pobre, há que romper com a “burguesia bolivariana” e com a imensa burocracia civil e militar que controla o aparato estatal. Maduro não fará isso.

Por fim, mas não menos importante, Chávez sequer realizou as tarefas nacionais, aquelas que garantem de fato a independência nacional em relação ao imperialismo, como a nacionalização da economia. As medidas não colocaram em xeque a propriedade privada e poder político e muito menos as relações econômicas com Estados Unidos.

Se o reformismo de Bernstein visava melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo por uma extensão gradual do controle social da economia, a crise estrutural do capital, momento histórico em que o Estado é efetivamente controlado pelo capital impossibilitando assim medidas de democratização política, derruba de vez a “hipótese reformista” de revolução por dentro do aparato burguês. Assim, a adoção de medidas sociais realmente de caráter reformista encontra obstáculo no poder que o capital exerce no Estado, permitindo no máximo políticas sociais paliativas sem

questionar a ordem existente.

Cabe a necessária observação que a crítica marxista ao reformismo é que este se limita às reivindicações do programa mínima (por excelência reformista), ao passo que os revolucionários seguem adiante, avançando para o questionamento da propriedade privada e para o controle operário sobre os meios de produção, como dizia Rosa Luxemburgo, “a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim”.

Mais uma observação: diante dos ataques do imperialismo estamos com os trabalhadores venezuelanos.

ELEIÇÕES NA VENEZUELA E OS REFLEXOS NA AMÉRICA LATINA

Muitos questionam porque nos preocupamos com a situação política de outros países se não atuamos lá. Em tempos de mundialização do capital os vários aspectos da política e da economia de um país estão relacionados diretamente com outros.

Crescimento econômico ou recessão nos Estados Unidos influencia a economia de todo o mundo praticamente, principalmente, a dos países da América Latina. Em relação à política, também é assim.

A derrota do nazismo na II Guerra Mundial e a dos Estados Unidos no Vietnã deram forças à luta do proletariado do mundo todo. Assim como o golpe militar no Chile, em 1973, fortaleceu as forças reacionárias no Brasil.

Ademais, o capitalismo é, por essência, um sistema social internacional. As empresas multinacionais, as importações e as exportações decorrem diretamente de decisões políticas. Certos acontecimentos, em maior ou menor grau, extrapolam os limites nacionais.

A burguesia também pensa e age assim. ONU, Banco Mundial, FMI, dentre outros, são organismos da burguesia internacional que, além de terem uma leitura da conjuntura mundial, também atuam de forma coordenada com o governo de cada país para atacar os trabalhadores.

Como trabalhadores e militantes precisamos acompanhar a situação

política mundial permanentemente. E esse é o caso da Venezuela. O resultado da disputa entre os chavistas e a direita golpista tem influência direta na situação política brasileira. Caso ocorra um golpe lá fortalecerá os setores mais reacionários aqui e, principalmente, nos Estados Unidos. Da mesma forma que precisaremos apoiar nossos irmãos trabalhadores venezuelanos contra qualquer ataque.

CHAVISMO PERDE FORÇA E AUMENTA A POLARIZAÇÃO

As eleições de abril, entre Capriles, da direita, e Maduro (escolhido no movimento chavista para suceder Chávez depois de uma disputa interna com o presidente do Congresso e os setores militares). Diferente da eleição de outubro, em que Chávez ganhou com mais de 2 milhões de votos, dessa vez a diferença foi de pouco mais de 200 mil votos.

Esse resultado mostra um enfraquecimento eleitoral do chavismo, o fortalecimento de setores de direita e refirma a tendência de que o chavismo perde apoio político de massas. E isso tem várias causas: a inflação, o desabastecimento de produtos alimentícios (o país importa boa parte dos alimentos que consome), a violência assustadora, o desemprego ou emprego informal (quase metade dos trabalhadores são informais), etc.

A isso se combina a sabotagem e a



oposição da burguesia tradicional do país. Mesmo sendo parte de uma corrente burguesa é inegável que algumas políticas de Chávez afetaram setores da burguesia tradicional e, sobretudo, da pequena burguesia que vivia parasitando na PDVSA (empresa petróleo estatal). É esse setor que mais oferece resistência e sustenta politicamente a oposição de direita.

O controle sobre o parlamento, o judiciário e as forças armadas é a principal aposta de Maduro para se contrapor ao desgaste junto aos trabalhadores e à classe média. Capriles, por seu lado, aproveita a divisão e tenta aprofundar essa polarização. Busca mobilizar setores que o apoiam, a ponto de organizar manifestação no 1º de maio, dia de luta dos trabalhadores e não da burguesia.

Nessas condições Maduro tem duas saídas: Impor uma ofensiva contra a burguesia ou fazer concessões para os trabalhadores e para a classe média. Acreditamos que é pouco provável que enfrente a direita burguesa, pelo contrário, o governo chavista caminha para a

conciliação. E a direita só tenta impor. Por outro lado, as concessões esbarram na crise econômica, em que suas margens são cada vez menores. Essa contradição deverá seguir até que um lado consiga se impor.

UM GOVERNO FRÁGIL

Uma coisa é Chávez. Outra é Maduro. Este além de ser muito mais frágil politicamente (o resultado eleitoral demonstra) não tem o mesmo carisma e prestígio que Chávez e precisaria aprofundar medidas sociais. Conseguiu unir os chavistas em torno de seu nome, mas não conseguiu o resultado que lhe desse força suficiente para impor o seu projeto.

A dívida externa em torno de US\$ 100 bilhões (para a China são US\$ 43 bilhões), o déficit fiscal, a fuga de capitais (pela desvalorização da moeda venezuelana) são parte de um problema que é, cada vez mais, estrutural. Administrar uma economia nos marcos do capitalismo é conviver com suas leis econômicas e seus limites. Ou paga a dívida externa ou promove políticas públicas.

Governo frágil e com prestígio ainda por ser construído junto aos trabalhadores fortalece a oposição burguesa a continuar pressionando para, na pior das hipóteses, conseguir um acordo vantajoso.

Mas, a fragilidade de Maduro é também um problema para a burguesia que o apoia. A continuidade de sua política vai provocar choques com os trabalhadores e a utilização da repressão como, por exemplo, na greve da siderúrgica Sidor em que, a luta, se nacionalizou.

Essa a situação política na Venezuela está marcada por uma profunda instabilidade.

UM GOLPE DE ESTADO EM CURSO

Com a instabilidade política, a fragilidade de Maduro, o fortalecimento eleitoral da direita, a crise econômica (inflação, desemprego, etc.) somados ao fato de que amplos setores da classe média começam a se mobilizar junto com a oposição burguesa entendemos está colocada a possibilidade real de um golpe na Venezuela.

Em seu discurso, Capriles, com o resultado das eleições, chamou Maduro de ilegítimo, senha de preparação de

golpe. A Casa Branca já sinalizou o apoio e até o momento o imperialismo estadunidense não reconheceu sua vitória, pois exigiu a recontagem dos votos. Deslegitimar um governo é uma necessidade para o golpe.

Uma vitória dos golpistas e pró-imperialistas fortalecerá os setores de direita do continente e, conseqüentemente, representará uma dura derrota aos trabalhadores com sérias conseqüências para todos nós. Por isso é necessário uma campanha internacional contra os golpistas. Tarefa que cabe a todos, mas, principalmente, às maiores correntes da esquerda latino americana.

Caracterizamos o chavismo como nacionalista burguês. Isso não nos coloca ao lado do imperialismo ou da direita venezuelana. Negociar com os partidos de direita, governar com e para a burguesia sempre levou a vacilos das direções. Enquanto conversam e fazem acordos, a direita prepara o golpe. Isso já ocorreu diversas vezes na história, um exemplo, ocorreu no Chile quando Pinochet jurou fidelidade a Allende e a preparação do golpe já estava avançada.

QUAL POLÍTICA?

A complexidade do processo político venezuelano impõe a necessidade de uma política que responda a totalidade do processo: Contra a direita golpista e o imperialismo. De esquerda em relação ao chavismo. E, principalmente, voltada para a mobilização da classe trabalhadora de modo que possa se fazer presente nesse processo de maneira independente.

A luta contra os golpistas com a luta pelas reivindicações da classe trabalhadora deve ser combinada e deverá apresentar uma saída socialista para a crise. Os trabalhadores precisam tomar em suas mãos a tarefa de mudar a sociedade. Nesse sentido, a política deverá combinar as tarefas democráticas (contra o golpe) nacionais (não pagar a dívida externa), anti-imperialistas (aprofundar as nacionalizações) e



socialistas que são as medidas de expropriação é construção de organismos de poder dos trabalhadores.

É preciso que Maduro se posicione ao lado dos trabalhadores. Rompa as negociações com a direita. Adote medidas punitivas aos partidos e instituições que participam de manobras golpistas. Exproprie as empresas que patrocinam os golpistas, inclusive as estrangeiras.

Também é fundamental que todas as divisas do petróleo sejam direcionadas para os programas sociais, em especial para o campo, a fim de garantir a produção de alimentos para os trabalhadores e a população pobre venezuelana. Para isso os 30 milhões de hectares de terras ainda não cultivadas devem ser colocados sob controle dos trabalhadores. Expropriação das grandes empresas e sob controle dos trabalhadores.

Organização de comitês operário-populares nos bairros, nos locais de trabalho e estudo para garantir a aplicação de medidas contra a burguesia, o imperialismo e enfrentar os golpistas.

Essa eleição representou o atual nível de consciência dos trabalhadores venezuelanos. Mas, o golpe representa a quebra, até mesmo, das regras da democracia burguesa.

Somente a luta dos trabalhadores organizados pode deter os golpistas e garantir que a riqueza produzida seja distribuída entre quem verdadeiramente a produz, a classe trabalhadora.

EXPEDIENTE

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

Contatos: www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com